

Aparecida de Goiânia – GO, 19 de Setembro de 2018.

Aos
Administradores do
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE RUBIATABA E REGIÃO LTDA.
SICCOB DO VALE
Rubiataba - GO.

Prezado Senhores,

Vimos pelo presente encaminhar o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis Individuais de Uso Geral, conforme entendimentos contidos na Resolução CFC NBCTA700 de 17/06/2016 que aprova a emissão do Relatório do Auditor Independente sobre Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas de Instituições Financeiras, com aplicação para as Instituições Autorizadas a Funcionar pelo Banco Central do Brasil, correspondente ao período encerrado em 30/06/2018.

Sendo só o que se apresentava para o momento, subscrevemo-nos,

Atenciosamente,



DCA Auditores Independentes S/S
Valdir Mendonça Alves
Sócio / Gerente de Auditoria

SUMÁRIO

01. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
02. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS:
 - 02.1. Balanço Patrimonial;
 - 02.2. Demonstração de Sobras ou Perdas;
 - 02.3. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
 - 02.4. Demonstração do Fluxo de Caixa;
 - 02.5. Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Administradores do

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE RUBIATABA E REGIÃO LTDA – SICOOB DO VALE
Rubiataba - GO.

Prezados Senhores;

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE RUBIATABA E REGIÃO LTDA – SICOOB DO VALE**, levantado em 30 de junho de 2018 que compreendem o Balanço Patrimonial, Demonstração de Sobras ou Perdas, Demonstração do Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, para o exercício findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE RUBIATABA E REGIÃO LTDA – SICOOB DO VALE** naquela data e foram elaboradas em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.595/1964 que dispõe sobre a política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Lei nº 5.764/1971 que dispõe sobre a Política Nacional do Cooperativismo, Lei Complementar nº 130/2009 que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo, Resolução

BACEN nº 4.434 de 05/08/2015 que dispõe sobre a Constituição e Funcionamento das Cooperativas de Crédito, Circular 3467/2010, alterada pela Circular 3482/2010 BACEN que dispõe sobre a Avaliação da Qualidade e Adequação do Sistema de Controles Internos, aplicadas às entidades regidas pelas Normas e Instruções do Banco Central do Brasil – BACEN e do Sistema Financeiro Nacional e em conformidade com o disposto nas Resoluções CFC NBCTA 700, NBCTA 701, NBCTA 705 e NBCTA 706, todas de 17/06/2016 que normatizam os aspectos inerentes aos Relatórios dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria - PAA

Principais Assuntos de Auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das Demonstrações Contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas

Demonstrações Contábeis, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as Demonstrações Contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das Demonstrações Contábeis, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as Demonstrações Contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

As demonstrações contábeis correspondentes ao período findo em 30/06/2017, apresentadas para fins comparativos, foram auditada por outros auditores, tendo sido emitido Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis, sem ressalvas, datado de 31/08/2017.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com a Lei 4.595/1964 que dispõe sobre a política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Lei nº 5.764/1971 que dispõe sobre a Política Nacional do Cooperativismo, Lei Complementar nº 130/2009 que dispõe sobre o

Sistema Nacional de Crédito Cooperativo, Resolução BACEN nº 4.434 de 05/08/2015 que dispõe sobre a Constituição e Funcionamento das Cooperativas de Crédito, Circular 3467/2010, alterada pela Circular 3482/2010 BACEN que dispõe sobre a Avaliação da Qualidade e Adequação do Sistema de Controles Internos aplicadas às entidades regidas pelas Normas e Instruções do Banco Central do Brasil – BACEN e do Sistema Financeiro Nacional e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva

razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade, conforme requerido pelo Banco Central do Brasil em seus normativos.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das Demonstrações Contábeis, inclusive as divulgações e se as Demonstrações Contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se

existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, via relatório circunstanciado das ocorrências nos trabalhos do período, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Aparecida de Goiânia-GO, 19 de setembro de 2018.

DCA AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC/GO Nº 000757/O-6



VALDIR MENDONÇA ALVES

CONTADOR, CRC-GO 005944/O-4

SÓCIO – GERENTE DE AUDITORIA

SICCOB DO VALE
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE RUBIATABA E REGIAO LTDA
CNPJ.: 73.422.792/0001-66 AUTORIZAÇÃO FUNCIONAMENTO BACEN 930002929/78

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS LEVANTADA EM 30 DE JUNHO DE 2018 e 30 DE JUNHO 2017
BALANÇO PATRIMONIAL (R\$)

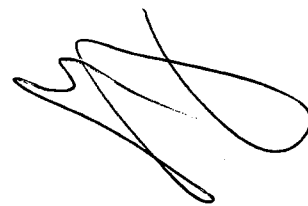
A T I V O	30/06/2018	30/06/2017	P A S S I V O + PATRIMÔNIO LÍQUIDO	30/06/2018	30/06/2017
CIRCULANTE	88.977.600	81.936.435	CIRCULANTE	97.032.896	89.204.873
DISPONIBILIDADES	1.541.712	1.520.458	DEPÓSITOS	77.575.118	77.493.323
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	47.266.736	57.090.919	DEPÓSITOS A VISTA	29.978.098	26.634.499
CENTRALIZAÇÃO FINANCEIRA-COOPERATIVAS	47.266.736	57.090.919	DEPÓSITOS A PRAZO	43.501.228	49.482.477
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	37.832.256	21.112.661	LCA - Letras de Crédito Agronegócio	4.095.792	1.376.348
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	37.832.256	21.112.661	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	16.252.609	9.783.459
Setor Privado	39.262.828	21.554.087	REPASSES INTERFINANCEIROS	16.252.609	9.783.459
(-)PROVISÃO PARA CLD	(1.430.572)	(441.426)	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	15	0
OUTROS CRÉDITOS	2.194.790	2.066.518	RECUR. EM TRÂNSITOS DE TERCEIROS	15	0
ADIANTAMENTO POR CONTA IMOBILIZ	1.938.454	1.845.329	OUTRAS OBRIGAÇÕES	3.205.154	1.928.091
DIVERSOS	256.337	221.188	SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS	552.597	382.211
OUTROS VALORES E BENS	142.106	145.879	FISCAIS E PREVIDENCIARIAS	165.508	125.052
BENS NÃO DE USO PRÓPRIO	57.912	82.910	DIVERSAS (Nota 14)	2.487.050	1.420.827
DESPESAS ANTECIPADAS	83.732	62.968	NÃO CIRCULANTE	231.659	231.659
MATERIAL EM ESTOQUE	462	-	OUTRAS OBRIGAÇÕES	231.659	231.659
NÃO CIRCULANTE	31.496.442	27.333.996	Provisão para passivos contingentes	172.111	172.111
REALIZADO A LONGO PRAZO	22.319.079	19.593.398	Provisão para riscos fiscais	59.548	59.548
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	22.103.538	19.377.857	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	23.209.487	19.833.898
Setor Privado	22.474.853	19.783.012	CAPITAL	19.679.109	17.056.107
(-)PROVISÃO PARA CLD	(371.315)	(405.154)	DE DOMICILIADOS NO PAÍS	19.679.109	17.056.107
OUTROS CRÉDITOS	215.541	215.541	RESERVAS DE CAPITAL	1.802.376	1.534.997
DEVEDORES POR DEPÓSITO EM GARANTIA	215.541	215.541	SOBRAS/PERDAS ACUMULADAS	1.728.002	1.242.795
INVESTIMENTOS	6.324.838	5.573.649			
OUTROS INVESTIMENTOS	6.324.838	5.573.649			
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	782.938	6.058			
IMOBILIZADO	1.789.678	1.831.584			
IMOVEIS DE USO	2.927.734	2.340.173			
(-) DEPRECIACÕES ACUMULADAS	(1.138.056)	(508.589)			
INTANGÍVEL	279.908	329.307			
DIREITO DE USO	493.989	493.989			
(-) AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	(214.081)	(164.682)			
TOTAL DO ATIVO	120.474.042	109.270.431	TOTAL DO PASSIVO	120.474.042	109.270.431

Rubiataba -Go, 30 de Junho de 2018

Vanderlei José Ribeiro
CPF.: 882.630.251-68
Presidente

Ana Cláudia C. F. de Castro Lima
CPF.: 982.174.101-00
Diretora de Suporte Organizacional

Carlos Fabreira Melo
Contador CRC/GO 016013/O-7
CPF.: 999.726.201-82



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SOBRAS OU PERDAS
PERÍODO FINDO DE 30 DE JUNHO DE 2018 E 30 DE JUNHO 2017
 (Em R\$)

DESCRIÇÃO	30/06/2017	30/06/2017
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	6.426.646	4.489.323
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	6.426.646	4.489.323
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(2.919.138)	(3.008.187)
OPERAÇÕES CAPTAÇÃO NO MERCADO	(1.426.852)	(2.625.883)
OPERAÇÕES DE EMPRÉST./REPASSE	(502.104)	(278.859)
PROV. P/CRÉD. LIQUID. DUVIDOSA	(990.181)	(103.445)
RESULT. BRUTO INTERM. FINANCEIRA	3.507.508	1.481.135
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(1.710.006)	(205.641)
RECEITAS PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	934.715	387.417
RECEITAS TARIFAS BANCARIAS	414.705	437.287
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	2.249.114	3.332.192
DESPESAS DE PESSOAL	(2.604.486)	(1.996.939)
OUTRAS DESP. ADMINISTRATIVAS	(2.440.820)	(2.131.739)
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	(47.650)	(29.936)
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	(217.672)	(204.704)
RECEITAS NÃO OPERACIONAL	2.090	781
RESULTADO OPERACIONAL	1.797.502	1.275.495
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÃO NAS SOBRAS	1.797.502	1.275.495
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(69.501)	(32.700)
IMPOSTO DE RENDA	(36.510)	(15.328)
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(32.991)	(17.372)
RESULTADO ANTES DAS TRIBUTAÇÃO S/ SOBRAS E PARTICIPAÇÕES	1.728.001	1.242.795
SOBRAS LIQUIDAS ANTES DAS DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS	1.728.001	1.242.795

Rubiataba -Go, 30 de Junho de 2018

Vandervil José Ribeiro
 CPF.: 482.630.251-68
 Presidente

Ana Claudia C. F. de Castro Lima
 CPF.: 982.174.101-00
 Diretora de Suporte Organizacional

Carlos Ferreira Melo
 Contador CRC/GO 016013/O-7
 CPF.: 999.726.201-82

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO
 Período Findo em 30 de junho de 2018 e 30 de junho de 2017
 Valores em unidades de reais (R\$)

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	06/2018	06/2017
Sobras/(perdas) líquidas antes do imposto de renda e a contribuição social	1.797.503	1.275.495
Contas de resultado credoras	10.093.199	8.652.206
Contas de resultado devedoras	(8.365.197)	(7.409.411)
Apuração de Resultado (imposto de renda e contribuição social)	(69.501)	(32.700)
Ajustes às sobras/perdas líquidas: (não afetaram o caixa)	108.174	137.483
Despesas de depreciação e amortização	177.675	170.183
IRPJ / CSLL	(69.501)	(32.700)
Variações patrimoniais: (afetaram o resultado/receitas e despesas)	(879.971)	(951.673)
Relações interfinanceiras e interdependências	16.377.434	1.624.897
Operações de crédito	(12.742.862)	(8.791.365)
Outros créditos	(228.883)	(1.110.833)
Outros valores e bens	33.305	(28.652)
Depósitos	(3.923.275)	7.229.172
Outras obrigações	(395.690)	125.109
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.025.706	461.304
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Alienação de Imobilizado de Uso		
Aquisição de investimentos	(405.642)	(378.266)
Aquisição de imobilizado de uso	(949.562)	(331.111)
Aplicação no Ativo intangível	-	(9.915)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(1.355.204)	(719.292)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Variações patrimoniais:		
Aumento/(redução) de capital	481.406	488.075
Outros ajustes	483.408	489.713
	(2.002)	(1.638)
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	481.406	488.075
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E DE EQUIVALENTES DE CAIXA	151.908	230.087
Disponibilidades		
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1.389.804	1.290.371
Centralização Financeira Cooperativas no início do período		
Disponibilidades		
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	1.541.712	1.520.458
Centralização Financeira Cooperativas no fim do período		
AUMENTO/REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E DE EQUIVALENTE DE CAIXA	151.908	230.087

Rubiataba-Go, 30 de junho de 2018.

Vandery José Ribeiro
 CPF.: 387.630.251-68
 Presidente

Carlos Ferreira Melo
 CPF.: 999.726.201-82
 Contador - CRC-GO 016013/O-7

Ana Claudia C. F. de Castro Lima
 CPF.: 982.174.101-00
 Diretora de Suporte Organizacional

SICOOB DO VALE
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Rubiataba e Região Ltda.

CNPJ/MF: 73.422.792/0001-66 Autorização de Funcionamento Bacen: 930002929/78

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO 2018 E 30 DE JULHO 2017

EVENTOS	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE SOBRAS		SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAL
		LEGAL	ESTATUTÁRIA		
			FAC		
SALDO INICIO PERÍODO EM 01/01/2017	16.233.357,39	1.534.996,92	191.242,65	143.431,79	18.103.029,00
AUMENTOS DE CAPITAL:					
- Por Incorporação de Sobras	141.794			(143.432)	(1.638)
- Por Incorporação de Reservas	191.243		(191.243)		
- Por Integralizações	901.947				901.947
- Remuneração de Juro ao Capital					
OUTROS EVENTOS:					
- Resultado atos não cooperativos para o FATES					
- Ajustes de Períodos Anteriores					
- Restituição de Capital					
- Ajuste de frações de Fundo de Aumento Capital	(412.234)				(412.234)
- Resultado atos não cooperativos para o Fundo de Reserva					
Ajustes ao Fates					
SOBRAS (PREJUÍZO) DO PERÍODO				1.242.795	1.242.795
DESTINAÇÕES:					
- Fates					
- Reserva Legal					
- Fundo Para Aumento de Capital (FAC)					
SALDO NO FIM DO PERÍODO EM 30/06/2017	17.056.108	1.534.997	(0)	1.242.795	19.833.900
MUTAÇÕES NO PERÍODO	822.751	0	(191.243)	1.099.363	1.730.871
SALDOS NO INICIO DO PERÍODO EM: 01/01/2018	18.682.247,15	1.802.375,61	257.728,65	257.728,65	21.000.080,06
AUMENTOS DE CAPITAL:					
- Por Incorporação de Sobras	255.726			(257.729)	(2.002)
- Por Incorporação de Reservas	257.729		(257.729)		
- Por Integralizações	901.744,79				901.745
- Remuneração de Juro ao Capital					
OUTROS EVENTOS:					
- Resultado atos não cooperativos para o FATES					
- Ajustes de Períodos Anteriores					
- Restituição de Capital					
- Resultado atos não cooperativos para o Fundo de Reserva	(418.336,38)				(418.336)
Ajustes ao Fates					
SOBRAS (PREJUÍZO) DO PERÍODO				1.728.002	1.728.002
DESTINAÇÕES:					
- Fates					
- Reserva Legal					
- Fundo Para Aumento de Capital (FAC)					
SALDOS NO FIM DO PERÍODO EM: 30/06/2018	19.679.109,42	1.802.376	0	1.728.002	23.209.487
MUTAÇÕES NO PERÍODO	996.862	0	(257.729)	1.470.273	2.209.407

Rubiataba- Go, 30 de Junho 2018.

Vandevai José Ribeiro
 CPF: 872.630.251-88
 Presidente

Carlos Fernando Melo
 CPF: 999.726.201-82
 Contador - CRC-GO 016013/O-7

Ana Claudia C. F. de Castro Lima
 CPF.: 982.174.101-00
 Diretora de Suporte Organizacional

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE RUBIATABA E REGIÃO LTDA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 JUNHO DE 2018 E 2017

Em reais (R\$)

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE RUBIATABA E REGIÃO LTDA - SICOOB DO VALE**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **28/09/1993**, filiada à **COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE GOIÁS LTDA – SICOOB GOIÁS CENTRAL** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB DO VALE** possui **5** Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **CARMO DO RIO VERDE - GO, PORANGATU - GO, ITABERÁI - GO, FAINA - GO, ITAPURANGA - GO.**

O **SICOOB DO VALE** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em **30/08/2018**.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos



Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 04 (R1) – Ativo Intangível - Resolução CMN nº 4.534/2016; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/2011; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/2011; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/2011; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/2009; CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados Resolução CMN nº 4.424/2015.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

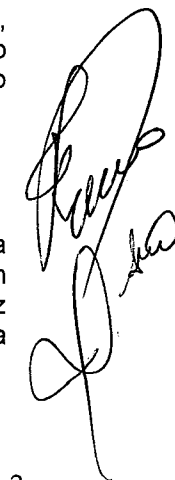
Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.



As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB GOIÁS CENTRAL** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos contingentes

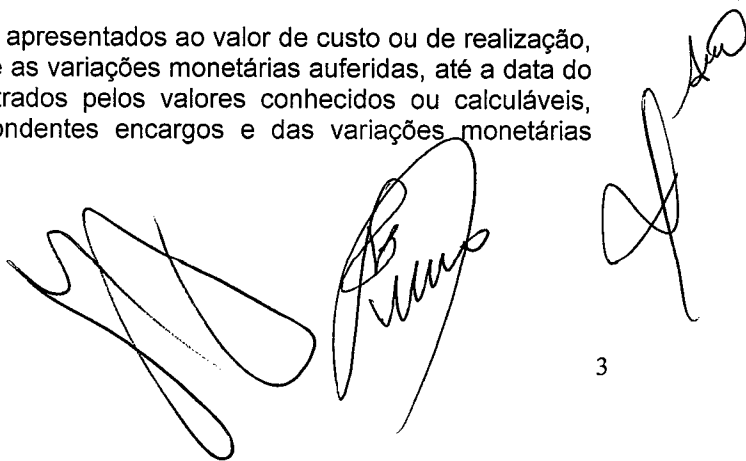
Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*"pro rata temporis"*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.



m) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

n) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

o) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

p) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

q) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

r) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

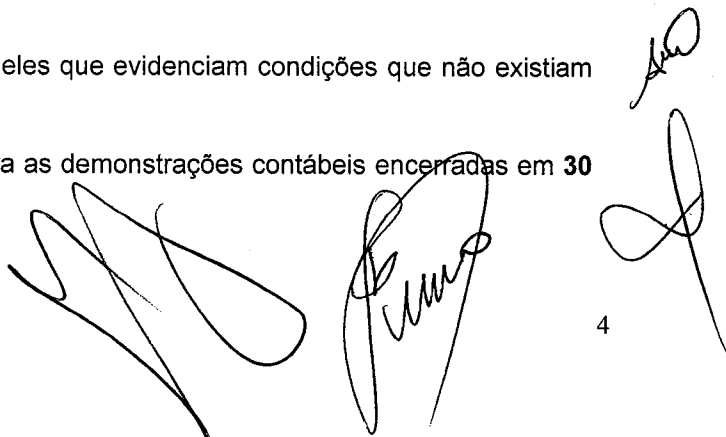
Em **30 de Junho de 2018** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

s) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **30 de Junho de 2018**.



4. Relações interfinanceiras

Em 30 de junho de 2018 e 2017, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Centralização Financeira - Cooperativas	47.266.735,99	57.090.919,46
TOTAL	47.266.735,99	57.090.919,46

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB GOIÁS CENTRAL** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015.

5. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	30/06/2018			30/06/2017
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	446.975,13	0,00	446.975,13	910.056,12
Empréstimos	13.383.457,21	4.488.478,85	17.871.936,06	8.754.539,07
Títulos Descontados	7.350.973,93	0,00	7.350.973,93	7.566.956,65
Financiamentos	4.656.879,61	5.628.401,22	10.285.280,83	7.994.478,02
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	13.424.541,99	12.357.972,52	25.782.514,51	16.093.665,56
(-) Provisões para Operações de Crédito	-1.430.571,62	-371.314,57	-1.801.886,19	-829.177,16
TOTAL	37.832.256,25	22.103.538,02	59.935.794,27	40.490.518,26

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	A.D./Cheque Especial / Conta Garantida	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 30/06/2018	Provisões 30/06/2018	Total em 30/06/2017	Provisões 30/06/2017
AA - Normal	835.419,09	0,00	0,00	0,00	835.419,09		1.692.425,28	
A - 0,5% Normal	9.284.123,91	806.120,09	2.905.685,55	16.071.330,00	29.067.259,55	-145.336,30	23.950.456,53	-119.752,28
B - 1% Normal	6.792.142,30	1.872.789,34	4.320.557,92	8.425.631,25	21.411.120,81	-214.111,21	12.075.486,96	-120.754,87
B - 1% Vencidas	132.295,09	7.489,53	142.957,14	0,00	282.741,76	-2.827,42	409.312,32	-4.093,12
C - 3% Normal	2.801.795,54	1.570.676,86	2.392.395,72	1.006.624,82	7.771.492,94	-233.144,79	2.111.221,47	-63.336,64
C - 3% Vencidas	176.985,39	109.945,12	228.265,04	233.126,28	748.321,83	-22.449,65	176.908,82	-5.307,26
D - 10% Normal	9.857,48	86.478,26	13.039,66	0,00	109.375,40	-10.937,54	155.743,81	-15.574,38
D - 10% Vencidas	113.816,07	2.503,52	101.559,26	0,00	217.878,85	-21.787,89	101.216,62	-10.121,66
E - 30% Normal	44.619,25	10.221,74	13.367,79	0,00	68.208,78	-20.462,63	91.551,21	-27.465,36
E - 30% Vencidas	81.953,15	8.259,24	2.776,96	0,00	92.989,35	-27.896,81	110.691,29	-33.207,39
F - 50% Normal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.000,00	-6.500,00
F - 50% Vencidas	19.354,63	1.723,66	3.863,68	0,00	24.941,97	-12.470,99	3.799,32	-1.899,66
G - 70% Normal	0,00	1.908,08	0,00	0,00	1.908,08	-1.335,66	3.056,23	-2.139,36
G - 70% Vencidas	6.558,08	525,05	0,00	0,00	7.083,13	-4.958,19	19.334,71	-13.534,30
H - 100% Normal	85.149,53	107.133,97	35.354,58	45.802,16	273.440,24	-273.440,24	153.835,35	-153.835,35
H - 100% Vencidas	647.074,65	52.966,50	70.912,89	0,00	770.954,04	-770.954,04	251.655,51	-251.655,51
Total Normal	19.853.107,10	4.455.328,34	9.690.401,22	25.549.388,23	59.538.224,89	-899.766,37	40.246.776,83	-509.358,24
Total Vencidas	1.178.037,06	183.412,62	550.334,97	233.126,28	2.144.910,93	-863.344,99	1.072.918,59	-319.818,90
Total Geral	21.031.144,16	4.638.740,96	10.230.736,19	25.782.514,51	61.683.135,82	-1.762.113,36	41.319.695,42	-829.177,15
Provisões	-1.001.859,65	-250.360,01	-262.286,03	-247.607,66	-1.762.113,35		-829.177,15	
Total Líquido	20.029.284,51	4.388.380,95	9.968.450,16	25.534.906,85	59.921.022,47		40.490.518,27	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	4.144.184,72	5.048.826,10	4.487.159,41	13.680.170,23
Financiamentos	1.357.281,83	3.245.053,14	5.628.401,22	10.230.736,19
Financiamentos Rurais	2.868.241,41	10.556.300,58	12.357.972,52	25.782.514,51
TOTAL	8.369.707,96	18.850.179,82	22.473.533,15	49.693.420,93

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	Crédito Rural	30/06/2018	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	486.447,39	3.764.110,96	796.860,07	185.603,13	5.233.021,55	8%
Setor Privado - Indústria	56.718,91	219.057,70	0,00	0,00	275.776,61	0%
Setor Privado - Serviços	2.640.901,98	10.173.139,54	1.813.401,29	209.063,80	14.836.506,61	24%
Pessoa Física	1.220.424,49	9.008.088,90	4.577.323,20	25.226.300,00	40.032.136,59	65%
Outros	234.248,19	746.509,32	163.389,37	161.547,58	1.305.694,46	2%
TOTAL	4.638.740,96	23.910.906,42	7.350.973,93	25.782.514,51	61.683.135,82	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Saldo	1.801.886,19	846.580,15
TOTAL	1.801.886,19	846.580,15

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	30/06/2018	% Carteira Total	30/06/2017	% Carteira Total
Maior Devedor	1.202.614,22	2,00%	1.222.405,03	3,00%
10 Maiores Devedores	9.193.922,21	15,00%	7.856.394,32	19,00%
50 Maiores Devedores	24.338.131,07	39,00%	19.245.360,51	47,00%

6. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	30/06/2018	30/06/2017
Rendas a Receber	119.162,55	71.313,12
Diversos	2.291.168,65	2.210.745,39
TOTAL	2.410.331,20	2.282.058,51

(a) Refere-se a Refere-se ao custo de implantação de Data Center (Projeto Inova TI), que será reclassificado para o Ativo Permanente quando da conclusão e entrada em funcionamento.

(b) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados depósitos judiciais para: PIS sobre Atos Cooperativos (R\$ 43.429,69), COFINS sobre Atos Cooperativos (R\$ 172.111,23), que estão sendo discutidos judicialmente.

7. Outros valores e bens

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Bens Não de Uso Próprio (a)	57.911,90	82.910,39
Material em Estoque (b)	462,00	0,00
Despesas Antecipadas (c)	83.731,94	62.968,17
TOTAL	142.105,84	145.878,56

(a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(b) Refere-se a estoque de cartões de débito/crédito de contas correntes e ou salário que estão aguardando retirada pelo Associado.

(c) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista e outros.

8. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do **SICOOB GOIÁS CENTRAL** e ações do BANCOOB.

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Participações em cooperativa central de crédito	2.652.905,80	2.413.062,99
Participações inst. financ. controlada coop. crédito	3.671.932,63	3.160.585,59
TOTAL	6.324.838,43	5.573.648,58

9. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	30/06/2018	30/06/2017	Taxa Depreciação
Imobilizado em Curso	782.938,40	6.058,21	
Instalações	656.405,53	652.668,23	10%
(-) Depreciação Acumulada de Instalações	-148.031,39	-82.484,45	
Móveis e equipamentos de Uso	1.399.740,56	1.276.883,52	10%
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso	-550.942,81	-426.104,76	
Sistema de Comunicação	29.131,68	23.139,30	20%
Sistema de Processamento de Dados	573.154,54	497.854,09	10%
Sistema de Segurança	96.483,96	91.790,46	10%
Sistema de Transporte	172.817,86	118.817,86	20%
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso	-439.081,72	-320.980,30	
TOTAL	2.572.616,61	1.837.642,16	

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.

10. Depósitos

É composta de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de *pro rata temporis*, já a remunerações pré fixadas são calculadas o prazo final da operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Depósito à Vista	29.978.098,28	26.634.498,87
Depósito Sob Aviso	13.637,56	12.829,35
Depósito a Prazo	43.487.590,14	49.469.647,51
TOTAL	73.479.325,98	76.116.975,73

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature on the left, a signature in the middle, and initials 'Luo' on the right, followed by a small number '7'.

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme, constituído conforme Resoluções CMN nº4.284/2013. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

Descrição	30/06/2018	% Carteira Total	30/06/2017	% Carteira Total
Maiores Depositantes	3.585.477,02	5,00%	5.373.341,87	7,00%
10 Maiores Depositantes	20.288.989,43	28,00%	27.300.056,11	36,00%
50 Maiores Depositantes	40.830.871,58	56,00%	49.843.213,14	66,00%

Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2018	2017
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	-404,17	-437,36
Despesas de Depósitos a Prazo	-1.303.133,82	-2.612.097,58
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	-123.314,40	-13.347,60
TOTAL	-1.426.852,39	-2.625.882,54

11. Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	30/06/2018	30/06/2017
Recursos do Bancoob	17.961.005,90	10.874.130,20
(-) Despesa a apropriar Bancoob	-1.708.397,03	-1.090.671,05
TOTAL	16.252.608,87	9.783.459,15

12. Relações Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	2018	2017
Recebimentos em Trânsito de Terceiros	15,00	0,00
TOTAL	15,00	0,00

(a) Trata-se de cheques emitidos contra a ordem de terceiros. Esses valores eram contabilizados no grupo de credores diversos e foram reclassificados, para melhor adequação contábil.

13. Outras Obrigações

Descrição	2018	2017
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	22.899,50	26.195,33
Sociais e Estatutárias	552.597,06	382.211,04
Fiscais e Previdenciárias	165.507,80	125.052,48
Diversas	1.885.809,46	1.626.290,96
TOTAL	2.626.813,82	2.159.749,81

13.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Resultado de Atos com Associados	85.909,55	47.810,64
Resultado de Atos com Não Associados	153.374,36	19.442,27
Sobras à disposição da Assembléia Geral	1.804,00	1.804,00
Cotas de Capital a Pagar	311.509,15	313.154,13
TOTAL	552.597,06	382.211,04

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e **10%** das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

13.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Impostos e Contribuições Sobre Lucros a Pagar	7.747,88	8.702,46
Impostos e contribuições a recolher	157.759,92	116.350,02
TOTAL	165.507,80	125.052,48

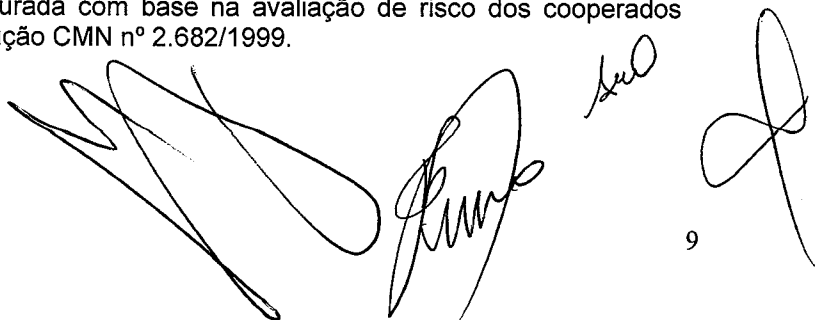
13.3 Diversas

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Cheques Administrativos	100,31	100,31
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	42.166,13	12.495,00
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento (a)	401.198,98	257.904,35
Provisão para Pagamentos a Efetuar (b)	754.031,81	494.147,65
Provisão para Passivos Contingentes (Nota 24)	231.659,29	231.659,29
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (c)	74.455,37	30.751,94
Credores Diversos - País	382.197,57	599.232,42
TOTAL	1.885.809,46	1.626.290,96

(a) Refere-se ao saldo de conta salário disponível para saque, vinculado à prestação de serviços de pagamento prestados pela cooperativa.

(b) Referem-se à provisão para pagamento de despesas de pessoal e outras despesas Administrativas.

(c) Provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em **30 de Junho de 2018**, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 74.455,37 (R\$ 30.751,94 em **30/06/2017**), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.



14. Instrumentos financeiros

O **SICCOB DO VALE** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

15. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Capital Social	19.679.109,42	17.056.107,03
Associados	3.950	2.835

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 40%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Fundo de Aumento de Capital

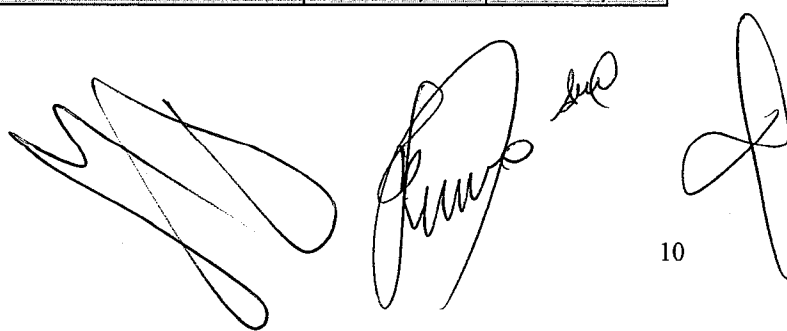
Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 20%, utilizada para aumento do capital social.

d) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

16. Outros ingressos/rendas operacionais

Descrição	2018	2017
Recuperação de Encargos e Despesas	0,00	339,62
Reversão de Provisão para Garantias Prestadas	1.429,66	0,00
Reversão de Outras Provisões Operacionais	53.019,08	0,00
Crédito Receita SIPAG - Faturamento	42.231,22	24.477,33
Crédito Receita SIPAG - Antecipação	81.387,81	15.846,13
Rendas Intercâmbio - Cartão de Crédito	0,00	2.620,19
Rendas Intercâmbio - Cartão de Débito	0,00	1.936,42
Dividendos	405.622,63	378.260,76
Distribuição de Sobras da Central	176.932,11	57.724,56
Outras Rendas Operacionais	110.268,68	216.369,51
TOTAL	870.891,19	697.574,52



16.1 Ingressos da Intermediação Financeira

Descrição	2018	2017
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	263.199,78	272.745,00
Rendas de Empréstimos	2.567.292,48	1.609.673,22
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	831.599,11	1.009.628,53
Rendas de Financiamentos	970.473,02	772.260,08
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplicações Livres	0,00	413.208,99
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplicações com Recursos Livres	897.449,88	0,00
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados à vista (obrigatórios)	119.380,97	0,00
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados da Poupança Rural	312.755,04	0,00
Rendas Financ Rurais - Aplic Repassadas e Refinanc	0,00	282.997,24
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	443.524,31	128.809,66
TOTAL	6.405.674,59	4.489.322,72

17. Outros dispêndios/despesas operacionais

Descrição	2018	2017
Despesas de Cessão de Operações de Crédito	-48.559,00	-44.177,93
Despesas de Descontos Concedidos	-21.000,00	0,00
Cancelamento de Tarifas Pendentes	-35.227,46	-23.421,70
Contribuições ao Fundo Garantidor de Depósitos	-57.698,82	-51.895,90
Contrib. ao Fundo Ressarc. Fraudes Externas	-1.992,10	0,00
Contrib. ao Fundo Ressarc. Perdas Operacionais	-1.263,97	0,00
Contrib. ao Fundo Tecnologia da Informação	-48.695,43	-39.874,12
Outras Despesas Operacionais	-3.235,62	-45.334,09
Garantias Financeiras Prestadas	-8.963,43	0,00
TOTAL	-226.635,83	-204.703,74

17.1 Dispêndios da Intermediação Financeira

Descrição	2018	2017
Despesas De Captação	-1.426.852,39	-2.625.882,54
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	-502.104,15	-278.859,39
Provisões para operações de crédito	-1.043.200,17	-103.445,33
TOTAL	-2.972.156,71	-3.008.187,26

18. Resultado não operacional

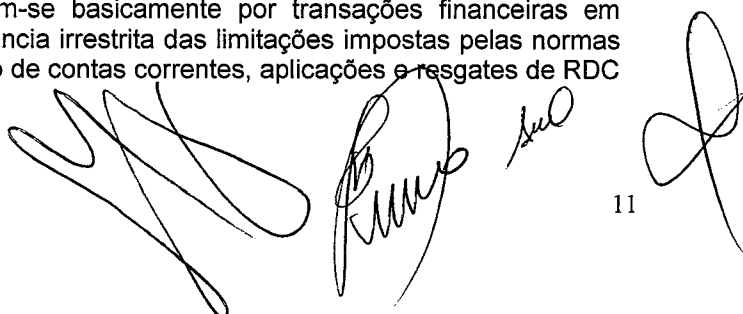
Descrição	2018	2017
Ganhos de Capital	0,00	5.987,52
Outras Rendas não Operacionais	15.000,00	0,00
(-) Perdas de Capital	0,00	-5.206,77
(-) Outras Despesas não Operacionais	-12.910,39	0,00
Resultado Líquido	2.089,61	780,75

19. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.



As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Montante das operações ativas e passivas no exercício de <2018>:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	1.961.559,06	1,73%	5.988,89
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	130.809,26	0,12%	427,69
TOTAL	2.092.368,32	1,84%	6.416,58
Montante das Operações Passivas	1.710.674,39	6,13%	

Operações ativas e passivas – saldo em <2018>:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	106.899,09	3.122,22	9%
Crédito Rural	597.742,77	4.176,79	2%
Empréstimo	134.825,95	3.291,00	1%
Financiamento	143.752,70	2.396,49	1%
Títulos Descontados	127.880,84	836,87	2%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	541.771,23	1,83%	0%
Depósitos a Prazo	4.463.892,38	9,22%	0,49%

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas
Desconto de Cheques	1,91%
Empréstimos	2,09%
Financiamento	1,55%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	94,8%

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2018	
CPR (física, financeira, coobrigações)	-
Empréstimos e Financiamentos	0,52%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	0,66%
Crédito Rural (modalidades)	0,64%

As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Crédito Rural	320.000,00
Empréstimos e Financiamentos	978.818,67

As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

No exercício de <2018> os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2018 (R\$)	
Honorários	-497.936,98
Encargos Sociais	-95.411,96
Plano de Saúde	-7.950,00

20. Cooperativa Central

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE RUBIATABA E REGIÃO LTDA - SICOOB DO VALE**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE GOIÁS LTDA - SICOOB GOIÁS CENTRAL**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB GOIÁS CENTRAL**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB GOIÁS CENTRAL** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB DO VALE** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB GOIÁS CENTRAL** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

21. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

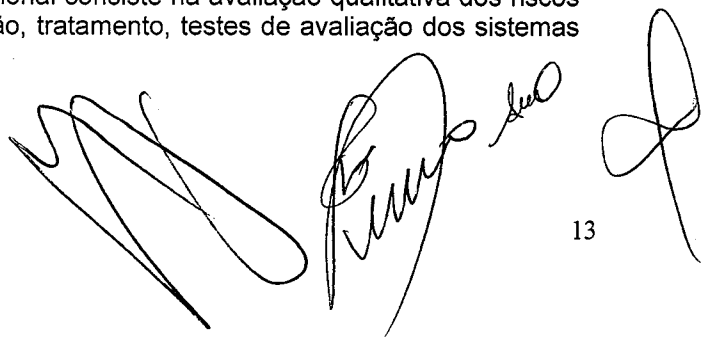
A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

21.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.



Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) de cooperativas enquadradas no Segmento 4 é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

21.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

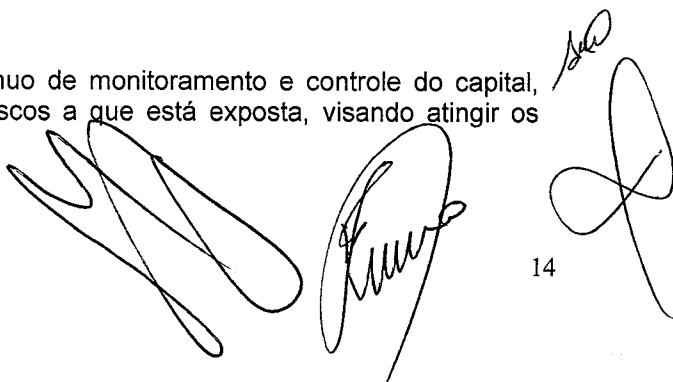
21.3 Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

21.4 Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.



21.5 Risco Socioambiental

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

21.6 Gestão de Continuidade de Negócio

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a efetividade.

22. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

23. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	2018	2017
Índice de Basileia	23,61%	31,02%

24. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	30/06/2018		30/06/2017	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
Para Interposição de Recursos Fiscais - Lei 9.703/98	231.659,29	172.111,23	231.659,29	172.111,23
Outros	0,00	43.429,69	0,00	43.429,69
TOTAL	231.659,29	215.540,92	231.659,29	215.540,92

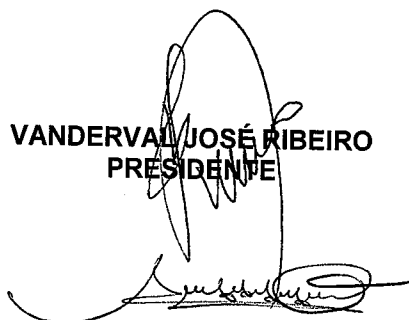
PIS e COFINS - quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS. Consequentemente, registrou as correspondentes obrigações referentes ao período, sendo que os valores equivalentes estão sendo questionados, através de mandado de segurança.

Em 25 de novembro de 2005, o Tribunal Regional Federal – TRF da 1ª Região reconheceu a inconstitucionalidade da tributação do PIS e da COFINS sobre as receitas de atos cooperativos. A medida beneficia as cooperativas de crédito impetrantes do Mandado de Segurança ajuizado em 2000. Segundo Assessoria Jurídica do Sicoob Goiás Central, a Receita Federal recorreu da decisão e ainda se aguarda o resultado do recurso.

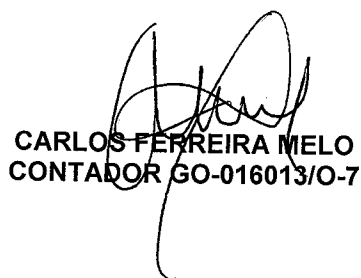
Esta cooperativa possui demanda judicial em andamento, sendo que o valor estimado e sua respectiva provisão estão demonstrados no quadro a seguir:

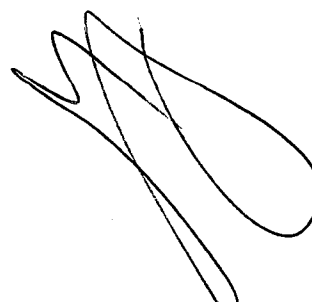
Processo	Competência	Valor ação	Perda	Provisão
201403190296	CÍVEL	14.900	POSSÍVEL	-

RUBIATABA-GO, 30 de Junho de 2018


VANDERVAL JOSÉ RIBEIRO
PRESIDENTE

ANA CLAUDIA CANDIDA FERREIRA DE CASTRO
DIRETOR DE SUP. ORGANIZACIONAL


CARLOS FERREIRA MELO
CONTADOR GO-016013/O-7





CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - GO

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - GO** CERTIFICA que o profissional identificado no presente documento encontra-se em situação **REGULAR** neste Regional, apto ao exercício da atividade contábil nesta data, de acordo com as suas prerrogativas profissionais, conforme estabelecido no art. 25 e 26 do Decreto-Lei n.º 9.295/46.

Informamos que a presente certidão não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que, posteriormente, venham a ser apurados contra o titular deste registro, bem como não atesta a regularidade dos trabalhos técnicos elaborados pelo profissional da Contabilidade.



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE GO

Certidão n.º: GO/2018/00026345
Nome: VALDIR MENDONCA ALVES CPF: 125.914.751-72
CRC/UF n.º GO-005944/O Categoria: CONTADOR
Validade: 18.12.2018
Finalidade: RELATÓRIO DE AUDITORIA

Confirme a existência deste documento na página www.crcgo.org.br, mediante número de controle a seguir:

CPF : 125.914.751-72 Controle : 3181.3808.3808.4436